



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

### SECRETARIA

### PROCESSO Nº 005560/2023

### TERMO DE JUNTADA

Pelo presente termo, faço a juntada aos autos supra da sustentação oral apresentada pela Excelentíssima Senhora Procuradora **ANA CAROLINA LOBO GLUCK PAUL** representando o Estado na sessão extraordinária de 24/05/2023, de análise das contas do Governo do Estado do Pará, exercício de 2022, quando lhe foi concedida a palavra para se manifestar, na forma como lhe faculta o art. 90 da Lei Orgânica deste Tribunal.

*Bom dia, Presidente do Tribunal, Conselheira Rosa Egídia. Em nome de quem eu cumprimento todos os demais Conselheiros aqui presentes, inclusive o Conselheiro Relator, que muito detalhou muito bem no seu relatório a análise das contas do Estado.*

*Bom dia ao Dr. Patrick Mesquita, colega e amigo procurador de Contas, em nome de quem eu cumprimento todos os demais procuradores de contas aqui presentes. Bom dia ao Dr. Tuffi, em nome de quem eu cumprimento os demais servidores dessa casa, Doutor Tuffi que muito colabora com a Procuradoria Geral do Estado, principalmente depois que nós criamos um setor de contencioso administrativo para aproximar mais a PGE dos órgãos de controle. O Dr. Tuffi tem colaborado muito com nosso trabalho.*

*Cumprimento também o Dr. Lourival, que aqui se faz presente como secretário de Fazenda em exercício, que tornou muito fácil a minha fala, inclusive a Secretaria de Fazenda, ao longo do último ano, como foi bem ressaltado tanto no relatório do conselheiro relator quanto na fala do Dr. Patrick. Cumprimento todos aqui presentes que vieram assistir essa sessão.*

*E aí, Dr. Patrick, eu vou concordar com o senhor, na verdade, eu concordo com o senhor quase tudo que você falou, inclusive no parecer que a lei orçamentária, depois da Constituição, é a lei mais importante que nós temos, porque nessa lei é a administração pública, ela afirma um compromisso não só com a própria administração.*

*Ela firma um compromisso com a população do que vai ser feito ao longo daquele ano. E o orçamento, às vezes, a lei orçamentária. Às vezes ela é fria para aos olhos de quem não compreende muitos meandros da administração pública.*

*Mas lá está tudo aquilo que a administração espera para o desenvolvimento do Estado naquele ano. Estão todos os indicadores, todas as expectativas depositadas pela administração Pública no desenvolvimento do Estado daquele ano.*

*E é por isso que essa sessão se torna a sessão mais importante do ano. Também porque eu vejo a prestação de contas não só como um dever da administração pública, está na Constituição estadual como um dever, mas ela não é só um dever, ela é um direito que a administração pública tem de vir aos órgãos de controle de vir a quem tem o dever de analisar as contas e dizer: eu cumpri o meu papel esse ano, eu estou quite com todas as obrigações assumidas ou com quase todas as obrigações assumidas.*

*Então é um direito que a própria administração pública tem de chegar ao final de um ano e falar: aqui está o que eu fiz, eu preciso agora da quitação dos compromissos que eu assumi.*

*Então eu entendo realmente que é a sessão mais importante do ano nessa casa. E aqui eu faço um cumprimento a todos dessa casa, porque a Procuradoria, é sempre muito bem recebida aqui e é sempre uma honra, é sempre um prazer estar presente aqui nessa casa.*

*O senhor falou também, Doutor Patrik, as regras fiscais, elas causam antipatia por serem limitadoras, mas é da própria essência do ser humano. E aqui eu faço até um convite filosófico a isso. É da própria essência do ser humano auto querer, auto contenção. A gente busca a auto contenção, a gente precisa da auto contenção, porque se a gente não tiver uma auto contenção, o nosso destino é destruição.*

*Então, por mais que pareça antipático, essa missão que é dita espinhosa, eu entendo que ela é justamente aqui, engradece, aqui fortalece e aqui faz com que a gente evolua. Auto contenção faz com que a gente evolua e às vezes a gente precisa de alguém aí colocando nessa missão espinhosa que nos oriente na contenção.*

*Então eu entendo que a essa contenção ela protege a própria administração pública dela mesma e protege a população como um todo. Nós vimos aqui a essa visão da Procuradoria Geral do Estado com relação ao papel dos órgãos de controle. É sempre muito positiva, porque ela promove a evolução. E aí, já falando um pouco com relação à parte final da sua fala, um grande exemplo disso é a questão da transparência. É uma luta que nós temos travado juntos, é algo dialogado e que com o passar do tempo que nós viemos, inclusive, acho que gerou dissertações de mestrado, não sei se sua ou da doutora Silaine, trabalhos ou dissertações de mestrado com relação à transparência pública.*

*Depois de tantos diálogos que nós travamos em relação a isso, eu acredito que nós temos evoluído sim. Como eu falei, o trabalho da Secretaria de Fazenda esse ano tornou a fala do estado aqui muito fácil, porque como foi colocado, como foi exposto tanto pelo Dr. Patrick quanto no relatório, do Conselheiro Fernando, o Estado conseguiu cumprir todas as metas que ele assumiu, e se há espaço para evolução, e sempre deve haver espaço para evolução, porque o dia que não houver mais espaço para evolução, ou espaço para melhoria, o que que vai nos motivar a andar para frente?*

*Então, se há espaço para melhoria, as sugestões, as recomendações, elas são sempre bem vindas e nós procuramos sempre atender essas recomendações no relatório da AGE a gente tenta demonstrar o atendimento das recomendações. Mas se em algum momento os órgãos de controle entendem que elas ainda não foram satisfeitas, nós vamos continuar caminhando para a frente, para que elas sejam satisfeitas, para que elas sejam atendidas.*

*Alguns indicadores aqui que a gente destacou já foram ressaltados: o gasto com a saúde, nós gastamos o exigido, o mínimo exigida de 12% e nós chegamos a 13,93%. Nós batemos essa meta, nós batemos a meta da educação.*

*O mínimo exigido é de 25% da rede e nós empregamos efetivamente 25,72%. Mas, além disso, nós cumprimos todas as normas relativas à destinação ao Fundeb. Em relação ao Fundeb, nós aplicamos mais de 95% dos recursos do Fundeb para pagamento dos profissionais do magistério de educação básica. Esse mínimo de 70% nós empregamos mais de 95%, com grande satisfação que a gente coloca isso.*

*Gastos com pessoal, é sempre um tema bastante difícil, realmente é. Como foi destacado, nós não apenas cumprimos a meta, como nós baixamos o percentual e ficamos muito abaixo de limites prudenciais e limite de alerta. Nós gastamos 38,93% da RCL e ficando bastante abaixo da meta. O Estado não hesita em, às vezes, ser antipático também, Dr. Patrick.*

*O Estado não hesita de, às vezes, adotar medidas de austeridade em relação a gastos com pessoal, por mais que isso pareça difícil, por mais antipático que pareça, ainda mais em ano eleitoral. E nós mantivemos o nosso equilíbrio, nós mantivemos a nossa responsabilidade, tudo em observância às regras constitucionais e às regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós cumprimos as metas de resultado primário e nós cumprimos todas as determinações relativas às metas resultado primário nominal, o que não foi fácil no ano que nós tivemos as leis complementares 192 e 194, que tiraram de nós boa parte da nossa arrecadação tributária relativa a combustíveis relativos a telecomunicações, relativas à energia elétrica.*

*E mesmo assim, nós conseguimos manter todas as metas de resultado nominal e primário em dados. O nosso superávit primário, ele estava projetado para 8,1 milhões. O nosso superávit real foi de 237 milhões e o nosso déficit nominal estava projetado para 384 milhões. Nós tivemos superávit de 1 bilhão. Então, num ano em que a própria Lei Complementar 194 colocava que seria compreensível que os Estados e Distrito Federal não alcançassem suas metas, nós conseguimos cumpri-la. E disso resulta que o Estado é o quarto estado do país com menor endividamento e evidência, como bem colocado no parecer do Ministério Público de Contas, a solidez e a credibilidade das finanças públicas.*

*Nós tivemos um recorde, o marco histórico, quando foi colocado aqui, que o Estado conseguiu o triplo "A" na capacidade de pagamento, essa capacidade de pagamento que leva em conta o endividamento, a poupança corrente e a liquidez. Nos últimos anos, a nota sempre foi "B" nosso conceito sempre foi "B", nós sempre perdemos ponto, por assim dizer, na poupança corrente. E esse ano, um ano que seria um ano difícil por ser um ano de final de mandato, por ser o ano que nós tivemos desonerações heterônomas de ICMS por conta da Lei Complementar 192 e 194, nós conseguimos aumentar a nossa capacidade de pagamento.*

*Por isso que eu falei Dr. Lourival, é fácil aqui estar nessa situação hoje, por conta do trabalho desenvolvido pela Secretaria de Fazenda, como também evidenciado no relatório do conselheiro relator.*

*A regra do 167 da Constituição foi cumprida. Essa regra que, apesar de ser de adesão voluntária pelos Estados, Distrito Federal e municípios, o Estado se manteve bem abaixo dos 95%, variando entre 86, 87 e 82%, considerado em cada*

*trimestre. Em relação ao relatório da AGE, já foi destacado também que nós realizamos concurso público e aumentamos para 37 os auditores fiscais, desculpas fiscais e auditores de finanças e controles.*

*E aí eu vou dar uma notícia para vocês que eu não sei se é de primeira mão, porque foi ontem para Alepa, mas nós mandamos para a Alepa o projeto de lei que trata da conversão da AGE em CGE e que cria, Dr. Patrick, o Conselho Estadual de Transparência Pública e Combate de Corrupção.*

*Então nós mandamos ontem, o que demonstra que o Estado está efetivamente comprometido no controle interno das suas contas e comprometido com a transparência pública, que é esse conceito, ele vem como colocado, sendo construído com muito diálogo entre a administração e os órgãos de controle.*

*O relatório da AGE também, a gente destaca que, o Estado vem cumprindo todo pagamento das suas dívidas, se encontra adimplente com as suas obrigações financeiras principais e acessórias, com todas as operações de crédito, regular também no cadastro da dívida pública.*

*E nós tivemos melhorias na transparência ativa, embora, como já falado aqui, haja espaço para mais evolução. Como colocado pelo relatório da Comissão do daqui, do Tribunal de Contas e aí eu também faço um registro elogioso, um relatório bastante detalhado. O Estado conseguiu investir e conseguiu realizar investimentos.*

*É muito interessante ler o relatório do Tribunal de Contas, porque toda aquela nossa ideia de desenvolvimento do Estado num determinado ano, consubstanciado nas regras orçamentárias, nós conseguimos identificar que nós tivemos bons índices de resultado. Embora de novo haja espaço para melhorias. Nós tivemos índices positivos em balança comercial, índices de desenvolvimento positivos, índices positivos em geração de empregos. Então, há muito mais do que metas frias cumpridas.*

*Nós tivemos metas de desenvolvimento do Estado também cumpridas, o que pode ser observado no relatório da daqui do próprio TCE.*

*E aí já me encaminhando pro final, eu vou parafrasear, vou ler um texto final do parecer do MPC que coloca que o Estado atendeu excelentemente ao disposto na Constituição e nas leis que disciplinam a gestão fiscal, porquanto bem curou da supervisão e direção orçamentária e financeira do Estado.*

*Então, com essas palavras eu peço eu pugno em nome do Estado do Pará, pela emissão de parecer favorável à aprovação dessas contas que representam a conta do final de um mandato muito exitoso do nosso governador.*

*Bom dia a todos.*

*Belém, 24 de maio de 2023.*

**JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR**  
Secretário-Geral